



FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

2023/2024

Curso
Licenciatura em Educação e Formação
Designação
Economia da Educação e da Formação
Docente(s) (Indicar também qual o docente responsável pela U.C.)
Ana Luísa Rodrigues (Professora responsável) Ana Nascimento Carolina Pereira
Descrição geral (ECTS, Carga horária, Apoio tutorial, etc.)
5 ECTS; 3 horas Teorico-práticas
Objetivos / Competências
Interpretar comportamentos discriminatórios no mercado de trabalho, à luz das teorias críticas à teoria do capital humano. Discutir a participação do Estado na provisão do bem “educação”. Relacionar a construção de um “mercado educativo” com eficiência e equidade. Analisar o financiamento da formação profissional Reconhecer na partilha de custos em educação o início da “privatização” da educação. Caracterizar modelos de financiamento do ensino superior Analisar as políticas de apoio ao estudante.
Competências a desenvolver
Capacidade de análise e de síntese; de recolher e selecionar informação; de refletir de forma crítica e fundamentada; de aplicar conhecimentos; de trabalhar de uma forma autónoma; de aprender a aprender; e de comunicação.



Conteúdos programáticos (sinopse)

A- A Economia da Educação e a análise económica da educação

- A emergência da Economia da Educação
- A educação: bem de consumo versus bem de investimento
- A educação e o mercado de trabalho: a teoria do capital humano
- Crescimento e desenvolvimento económico
- Contributos da educação para o crescimento económico

B - A Educação no contexto dos bens públicos e dos bens privados

- Educação: bem público versus bem privado
- Efeitos não monetários da educação
- A medição dos resultados da educação
- A Educação e a produção de externalidades

C - A provisão e o financiamento da educação e da formação

- A Educação e as imperfeições do mercado
- O papel do Estado e os "quase mercados", em educação
- Financiamento da formação

D - O Ensino Superior em Portugal

- Os custos públicos e privados da educação
- As fontes de financiamento da educação
- Modelos de financiamento
- Comparações internacionais.
- O financiamento do ensino superior universitário público
- O apoio social aos estudantes
- Os empréstimos estudantis



Bibliografia geral (até 20 obras)

- Almeida, A. J., & Alves, N. (2011). A formação profissional nas empresas portuguesas: entre a tradição e os desafios da competitividade. *Actas do II Simpósio Nacional Formação e Desenvolvimento Organizacional* (pp.121-136). ISCTE-IUL.
- Bartlett, W., Propper, C., Wilson, D. & Le Grand, J. (1994). *Quasi-Markets and the Welfare State*. University of Bristol & SAUS Publications.
- Cabrito, B. (2002). *O Financiamento do Ensino Superior em Portugal*. Educa.
- Cabrito, B. (2002). *Economia da Educação*. Texto Editora.
- Cabrito, B. G., Cerdeira, L., Nascimento, A., & Mucharreira, P. R. (2020). O Ensino Superior em Portugal: Democratização e a Nova Governação Pública. *Revista Educere et Educare*, 15(37), 1-31.
- Carnoy, M., ed. (1995). *International Encyclopedia of Economics of Education*, second edition. Pergamon.
- Cerdeira, L. (2009). *O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos*. Almedina.
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/973/1/17269_TeseLuisaCerdeira2Abril2009.pdf
- Cedefop (2021). *O sistema de educação e formação profissional em Portugal: descrição sumária*. Serviço das Publicações. <http://data.europa.eu/doi/10.2801/359964>
- Cerdeira L, (2013). O Ensino Superior Português. O que andámos para aqui chegar? *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, 6 (1), 115-134.
- Cerdeira, L. & Cabrito, B. (Orgs.) (2017). Cerdeira L., Cabrito B., Patrocinio T., Machado L., Rui Brites, Curado A. P. *Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português. CESTES 2. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior*. EDUCA. <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/34377>
- Cerdeira L., & Machado-Taylor, M.L. (2019). Os Desafios da internacionalização e da cooperação: o espaço da Educação Superior de Língua Portuguesa. In M. Morosini, & L. Cerdeira (Coord.) *Educação superior em contextos emergentes: complexidades e possibilidades na universidade ibero-americana* (pp.45-58). EDUCA.



Hanushek E.A., & Woessmann L. (2019). *The Economic Benefits of Improving Educational Achievement in the European Union: An Update and Extension*. EENEE Analytical Report No.39. Prepared for the European Commission. European Expert Network on Economics of Education (EENEE).

Hanushek E.A., & Woessmann L. (2020). *The economic impacts of learning losses*. OECD Education Working Paper No. 225. 8 September 2020. <https://dx.doi.org/10.1787/21908d74-en>

Johnstone, D.B. (2003). Cost sharing in higher education: Tuition, Financial assistance, and accessibility in comparative perspective. *Czech Sociological Review*, 39(3).

<http://www.gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance/publications.html>

Johnstone, D.B. (2013). *Financing Higher Education: Worldwide Perspectives and Lessons*.

<http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/>

Johnstone, D.B. (2019). Austeridade Financeira na Educação Superior: Opções Políticas. In M. Morosini, & L. Cerdeira (Coord.) *Educação superior em contextos emergentes: complexidades e possibilidades na universidade ibero-americana* (p.17-44). EDUCA.

OCDE (vários anos). *Education at a Glance*. OCDE. <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>

Nascimento, A. & Cabrito, B. (2017). A autonomia do Ensino Superior Português entre a lei e a prática – estudo de caso múltiplo. *Revista Educação em Questão*, 45(55), 42-73 <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12745>;

Nascimento, A. & Cabrito, B. (2018a). O financiamento do ensino superior no pós Estado de Bem-Estar: o caso português. In A. Castro, A. Neto, B. Cabrito, L. Cerdeira, & V. Chaves (Orgs.). *Educação Superior em Países e Regiões de Língua Portuguesa: desafios em tempo de crise* (pp. 267-292). EDUCA.

Nascimento, A. & Cabrito, B. (2018b). Políticas de financiamento e gestão no ensino superior português: tendências emergentes. In B. Cabrito, J. Macedo, & L. Cerdeira (Orgs.). *Ensino Superior no Brasil e em Portugal: atualidades, questões e inquietações* (pp. 95-122). EDUCA.



Ligações úteis:

Ministério da Educação <http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>

Conselho Nacional de Educação <http://www.cnedu.pt>

PORDATA <http://www.pordata.pt/>

OCDE (OECD) <http://www.oecd.org/education/>

EUROSTAT <http://ec.europa.eu/eurostat>

CEDEFOP <http://www.cedefop.europa.eu/pt>

Métodos de ensino

As sessões terão uma natureza simultaneamente informativa e participativa, apelando para o recurso a diferentes metodologias e para uma gestão flexível do tempo.

Nas sessões pretende-se fazer a articulação entre a informação teórica, a sua aplicação e os interesses manifestados pelos estudantes. Sempre que possível o debate centrar-se-á no caso português e na sua relação com outros países, nomeadamente da OCDE e da UE.

Regime Geral de Avaliação (Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

A avaliação segue os princípios essenciais da avaliação contínua, pelo que se rege pelo Regime Geral de Avaliação (de acordo com o estipulado no Regulamento de Avaliação das Aprendizagens do IE).

Regime Geral de Avaliação:

As sessões decorrerão de modo teórico-prático; os estudantes trabalharão em pequenos grupos, desenvolvendo um trabalho. Os estudantes deverão encontrar toda a informação e dados relevantes dentro desta temática.

Participação no trabalho das aulas e apresentação de trabalhos na aula (25%). A participação do aluno ao longo de todas as atividades implica uma assiduidade a 2/3 das aulas e a elaboração de **atividades em pequeno grupo** ao longo do semestre.

Uma **prova presencial individual (35%)** – a realizar entre **6 e 10 de maio de 2024 (consoante as turmas)**.

Um **trabalho de grupo (40%)** – a entregar por escrito até **5 de junho de 2024**.

Nota: De acordo com a recomendação do Conselho Pedagógico, os alunos não poderão ter menos de 10 valores em nenhum destes elementos de avaliação.



Regime Alternativo de Avaliação (Modalidades, estudantes abrangidos, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

Os estudantes que não tenham avaliação contínua (estudantes que faltem mais que 3 sessões), serão avaliados pela realização e discussão de **um trabalho individual (50%) e a Prova Individual (50%)**.

A prova **presencial individual será realizada conjuntamente com todos os outros estudantes**.

Os estudantes que se encontrem **em regime alternativo de avaliação deverão informar e acordar com os docentes o regime em que se encontram após o início de semestre (até ao final da 3.ª aula do semestre)** e conhecer as datas de entrega do trabalho e realização da Prova Individual.

Regime Alternativo de Avaliação:

Um trabalho Individual (50%) – a entregar por escrito até **5 de junho de 2024**.

Uma prova presencial individual (50%) – a realizar entre **6 e 10 de maio de 2024. (consoante as turmas)**

Exames: Época Recurso - Um teste final, compreendendo toda a matéria da unidade curricular (sem consulta), a realizar **em junho de 2024**.